



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1e00-469b-b1ea-c0be3b521e11

# ITEM – 40

Cópia das normas que definiram as alíquotas de contribuição para o RPPS vigentes no exercício da prestação de contas (ativos, inativos, pensionistas, patronal normal e patronal especial, esta última se houver). Em caso de segregação, encaminhar as normas de ambos os planos.

Resolução TC nº 217, de 06 de dezembro de 2023





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3c3b52fe51

## Lei nº 2150

**Ementa:** Dá nova redação a Lei Municipal nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, e determina outras providências.

**O Prefeito do Município da Escada:**  
**FAÇO SABER** que a Câmara Municipal da Escada aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** A Lei Municipal nº 2.099, de 29 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

### “TÍTULO ÚNICO”

#### Do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Escada

#### CAPÍTULO I

#### Das Disposições Preliminares e dos Objetivos

**Art. 1º.** Reestrutura, nos termos desta Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Escada – RPPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, em conformidade com os dispositivos da Lei Federal n.º 9.717 de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre as regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS e institui o plano de custeio e dá outras providências.

**Art. 2º.** O RPPS visa dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os beneficiários e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte; e,

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eic.tec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

II - proteção à maternidade e à família.

## CAPÍTULO II

### Dos Beneficiários

**Art. 3º.** São filiados ao RPPS, na qualidade de beneficiários, os segurados e seus dependentes definidos nos arts. 6º e 8º.

**Art. 4º.** Permanece filiado ao RPPS, na qualidade de segurado, o servidor titular de cargo efetivo que estiver:

I - cedido a órgão ou entidade da administração direta e indireta de outro ente federativo, com ou sem ônus para o Município;

II - quando afastado ou licenciado, observado o disposto no art. 17;

III - durante o afastamento do cargo efetivo para o exercício de mandato eletivo; e

IV - durante o afastamento do país por cessão ou licenciamento com remuneração.

**Parágrafo Único** - O segurado exercente de mandato eletivo de vereador, prefeito, deputado estadual e federal, senador, governador e presidente da República, que ocupe o cargo efetivo e exerça, concomitantemente, o mandato filia-se ao RPPS, pelo cargo efetivo, e ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, pelo mandato eletivo.

**Art. 5º.** O servidor efetivo requisitado da União, de Estado, do Distrito Federal ou de outro Município permanece filiado ao regime previdenciário de origem.

### Seção I

#### Dos Segurados

**Art. 6º.** São segurados do RPPS:

I - o servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias, inclusive as de regime especial e fundações públicas; e

II - os aposentados nos cargos citados neste artigo.

§ 1º. Fica excluído do disposto no *caput* o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eice.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-ccb3b52fe51

exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

§ 2º. Na hipótese de acumulação remunerada, o servidor mencionado neste artigo será segurado obrigatório em relação a cada um dos cargos ocupados.

§ 3º. O segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal filia-se ao RGPS.

Art. 7º. A perda da condição de segurado do RPPS ocorrerá nas hipóteses de morte, exoneração ou demissão, bem como na falta de recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei.

## Seção II

### Dos Dependentes

Art. 8º. São beneficiários do RPPS, na condição de dependente do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro, e o filho não emancipado, de qualquer condição, o menor, nos termos do RGPS ou inválido;

II - os pais; e,

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, o menor, nos termos do RGPS ou inválido.

§ 1º. A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e das demais deve ser comprovada.

§ 2º. A existência de dependente indicado em qualquer dos incisos deste artigo exclui do direito ao benefício os indicados nos incisos subsequentes.

§ 3º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantenha união estável com o segurado ou segurada.

§ 4º. Considera-se união estável aquela verificada entre o homem e a mulher como entidade familiar, quando torem solteiros, separados judicialmente, divorciados ou viúvos, ou tenham prole em comum, enquanto não se separarem.

Art. 9º. Equiparam-se aos filhos, nas condições do inciso I do art. 8º, mediante declaração escrita do segurado e desde que comprovada a dependência

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://efce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

econômica, o enteado e o menor que esteja sob sua tutela e não possua bens suficientes para o próprio sustento e educação.

**Parágrafo Único** - O menor sob tutela somente poderá ser equiparado aos filhos do segurado mediante apresentação de termo de tutela.

## Seção III

### Das Inscrições

**Art. 10.** A inscrição do segurado é automática e ocorre quando da investidura no cargo.

**Art. 11.** Incumbe ao segurado a inscrição de seus dependentes, que poderão promovê-la se ele falecer sem tê-la efetivado.

**§ 1º.** A inscrição de dependente inválido requer sempre a comprovação desta condição por inspeção médica.

**§ 2º.** As informações referentes aos dependentes deverão ser comprovadas documentalmente.

**§ 3º.** A perda da condição de segurado implica o automático cancelamento da inscrição de seus dependentes.

## CAPÍTULO III

### Do Custeio

**Art. 12.** São fontes do plano de custeio do RPPS as seguintes receitas:

- I - contribuição previdenciária do Município;
- II - contribuição previdenciária dos segurados ativos;
- III - contribuição previdenciária dos segurados aposentados e dos pensionistas;
- IV - doações, subvenções e legados;
- V - receitas decorrentes de aplicações financeiras e receitas patrimoniais;

# “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epv/validadoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cbe3b52fe51

VI – valores recebidos a título de compensação financeira, em razão do § 9º do art. 201 da Constituição Federal; e

VII – demais dotações previstas no orçamento municipal.

§ 1º. Constituem também fonte do plano de custeio do RPPS as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, salário-maternidade, auxílio-doença, auxílio-reclusão e os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o Município, em razão de decisão judicial ou administrativa.

§ 2º. As receitas de que trata este artigo somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários do RPPS e da taxa de administração destinada à manutenção desse Regime.

§ 3º. O valor anual da taxa de administração mencionada no parágrafo anterior será de dois por cento (2%) do valor total da remuneração, proventos e pensões pagos aos segurados e beneficiários do RPPS no exercício anterior.

§ 4º. Os recursos serão depositados em conta distinta da conta do Tesouro Municipal.

§ 5º. As aplicações financeiras dos recursos do Escada Previ serão aplicados nos bancos oficiais: Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que mediante a celebração de contratos se obrigarão a fazer as aplicações em cestas de ações seguras e estáveis.

**Art. 13.** As contribuições previdenciárias de que tratam o art. 12 serão:

I – 20,24% (vinte virgula vinte e quatro por cento) para o Município, sendo: 11,38% do custeio normal e 8,86% do Custeio Suplementar;

II – 11% (onze por cento) para o segurado, incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição.

§ 1º. Entende-se como remuneração de contribuição o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual ou outras vantagens, excluídas:

I – as diárias para viagens, desde que não excedam a cinquenta por cento da remuneração mensal do segurado;

II – a ajuda de custo;

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eicetec.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

- III – a indenização de transporte;
- IV – o salário-família;
- V – o auxílio-alimentação;
- VI – o auxílio-creche;
- VII – as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;
- VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança;
- IX – o abono de permanência de que trata o art. 60, desta lei; e
- X – outras parcelas cujo caráter indenizatório esteja definido em lei.

§ 2º. O segurado ativo poderá optar pela inclusão na remuneração de contribuição de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento nos art. 33, 34, 35, 36 e 55, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 5º do art. 61.

§ 3º. O abono anual será considerado, para fins contributivos, separadamente da remuneração de contribuição relativa ao mês em que for pago.

§ 4º. Para o segurado em regime de acumulação remunerada de cargos considerar-se-á, para fins do RPPS, o somatório da remuneração de contribuição referente a cada cargo.

§ 5º. A responsabilidade pelo desconto, recolhimento ou repasse das contribuições previstas nos incisos I, II e III do art. 12 será do dirigente do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração ou benefício e ocorrerá em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que ocorrer o crédito correspondente.

§ 6º. O Município é o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do RPPS, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 14. A contribuição previdenciária de que trata o inciso III do art. 12 será de 11% (onze por cento) incidentes sobre a parcela que supere o valor de R\$ 2.668,15 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos) dos benefícios de aposentadoria e pensão concedidas pelo regime próprio do município.

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eic.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cbe3b52fe51

§ 1º. A contribuição prevista neste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadorias e de pensão que superem o dobro do limite máximo previsto no *caput*, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.

§ 2º. A contribuição incidente sobre o benefício de pensão terá como base de cálculo o valor total desse benefício, conforme art. 46 e 58, antes de sua divisão em cotas, respeitada a faixa de incidência de que tratam o *caput* e o § 1º.

§ 3º. O valor da contribuição calculado conforme o § 2º será rateado para os pensionistas, na proporção de sua cota parte.

§ 4º. Os valores mencionados no *caput* e § 1º serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

**Art. 15.** O plano de custeio do RPPS será revisto anualmente, observadas as normas gerais de atuária, objetivando a manutenção de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

**Parágrafo Único - O Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA** será encaminhado ao Ministério da Previdência Social até 31 de julho de cada exercício.

**Art. 16.** No caso de cessão de servidores titulares de cargo efetivo do Município para outro órgão ou entidade da Administração direta ou indireta da União, dos Estados ou de outro Município, com ônus para o cessionário, inclusive para o exercício de mandato eletivo, será de responsabilidade do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício o recolhimento e repasse das contribuições devidas pelo Município ao RPPS, conforme inciso I do art. 12.

§ 1º. O desconto e repasse da contribuição devida pelo servidor ao RPPS, prevista no inciso II do art. 12, serão de responsabilidade:

I - do Município de Escada no caso de o pagamento da remuneração do servidor continuar a ser feito na origem; ou,

II - do órgão cessionário, na hipótese de a remuneração do servidor ocorrer à conta desse, além da contribuição prevista no *caput*.

§ 2º. No termo ou ato de cessão do servidor com ônus para o órgão cessionário, será prevista a responsabilidade desse pelo desconto, recolhimento e repasse das contribuições previdenciárias ao RPPS, conforme valores intromados mensalmente pelo Município.

**Art. 17.** O servidor afastado ou licenciado temporariamente do cargo efetivo sem recebimento de remuneração pelo Município somente contará o respectivo tempo de afastamento ou licenciamento, para fins de aposentadoria,

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://efce.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-ccb3b52fe51

mediante o recolhimento mensal das contribuições de que trata os incisos I e II do art 12

**Parágrafo Único** - A contribuição a que se refere o *caput* será recolhida diretamente pelo servidor, observado o disposto nos art. 18 e 19.

**Art. 18.** Nas hipóteses de cessão, licenciamento ou afastamento de servidor, de que trata o art. 4º, o cálculo da contribuição será feito de acordo com a remuneração do cargo de que o servidor é titular conforme previsto no art. 13.

§ 1º. Nos casos de que trata o *caput*, as contribuições previdenciárias deverão ser recolhidas até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze.

§ 2º. Na hipótese de alteração na remuneração de contribuição, a complementação do recolhimento de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá no mês subsequente.

**Art. 19.** A contribuição previdenciária recolhida ou repassada em atraso fica sujeita aos juros aplicáveis aos tributos municipais.

**Art. 20.** Salvo na hipótese de recolhimento indevido, não haverá restituição de contribuições pagas para o RPPS.

## CAPÍTULO IV

### Da Arrecadação e Recolhimento das Contribuições

**Art. 21** A arrecadação e o recolhimento das contribuições ou de outras importâncias devidas à Previdência Social obedecem às seguintes normas:

I – as entidades contribuintes são obrigadas a:

a) arrecadar as contribuições dos segurados ocupantes dos seus respectivos cargos de provimento efetivo, descontando-as da respectiva remuneração;

b) recolher o produto arrecadado na forma da alínea anterior, bem como a contribuição de que trata o art. 12 até o dia cinco do mês seguinte ao da competência;

**Parágrafo Único** Se não houver expediente bancário nas datas indicadas, o recolhimento deverá ser efetuado no dia útil imediatamente posterior.

**Art. 22** As entidades contribuintes também são obrigadas a:

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCALADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

I - preparar folhas-de-pagamento das remunerações pagas ou creditadas a todos os segurados a seu serviço, de acordo com os padrões e normas estabelecidos pelo órgão competente da Previdência Social;

II - lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as suas próprias contribuições e os totais recolhidos;

III - prestar ao órgão competente da Previdência Social todas as informações cadastrais, financeiras e contábeis de seu interesse, bem como os esclarecimentos necessários à fiscalização.

IV - informar mensalmente ao órgão competente da Previdência Social, por intermédio de documento a ser definido em regulamento, dados relacionados aos fatos geradores de contribuição previdenciária e outras informações de seu interesse.

§ 1º O regulamento disporá sobre local, data e forma de entrega do documento previsto no inciso IV.

§ 2º A não apresentação do documento previsto no inciso IV, independentemente do recolhimento da contribuição, sujeitará o infrator à pena administrativa correspondente a multa equivalente a um multiplicador sobre o valor previsto no art. 13, em função do número de segurados, conforme quadro abaixo:

0 a 5 segurados	½ valor mínimo
6 a 15 segurados	1 x o valor mínimo
16 a 50 segurados	2 x o valor mínimo
51 a 100 segurados	5 x o valor mínimo
101 a 500 segurados	10 x o valor mínimo
501 a 1000 segurados	20 x o valor mínimo
1001 a 5000 segurados	35 x o valor mínimo
Acima de 5000 segurados	50 x o valor mínimo

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://efce.tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3c3b52fe51

§ 3º A apresentação do documento com dados não correspondentes aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena administrativa correspondente à multa de cem por cento do valor devido relativo à contribuição não declarada, limitada aos valores previstos no parágrafo anterior.

§ 4º A apresentação do documento com erro de preenchimento nos dados não relacionados aos fatos geradores sujeitará o infrator à pena administrativa de cinco por cento do valor mínimo previsto no art. (\*), por campo com informações inexatas, incompletas ou omissas, limitadas aos valores previstos no § 4º.

§ 5º A multa de que trata o § 4º sofrerá acréscimo de cinco por cento por mês calendário ou fração, a partir do mês seguinte àquele em que o documento deveria ter sido entregue.

§ 6º O valor mínimo a que se refere o § 4º será o vigente na data da lavratura do auto de infração.

§ 7º A entidade contribuinte deverá apresentar o documento a que se refere o inciso IV, mesmo quando não ocorrerem fatos geradores de contribuição previdenciária, sob pena da multa prevista no § 4º.

§ 8º O descumprimento do disposto no inciso IV é condição impeditiva para expedição da prova de inexistência de débito para com o órgão competente da Previdência Social.

§ 9º Os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações de que trata este artigo devem ficar arquivados na empresa durante dez anos, à disposição da fiscalização.

## ESCADA 1873 CAPÍTULO V

### Da Cobrança dos Créditos Previdenciários

Art. 23 As contribuições sociais e outras importâncias arrecadadas pelo ESCADAPREVI, pagas com atraso, objeto ou não de parcelamento, ficam sujeitas aos juros equivalentes à taxa referencial do sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, a que se refere o art. 13 da Lei 9.605, de 20 de junho de 1995, incidentes sobre o valor atualizado, e multa de mora, todos de caráter irrelevável. 9065

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://efce.tce.pe.gov.br/epv/validadoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cbe3b52fe51

**Parágrafo Único.** O percentual dos juros moratórios relativos aos meses de vencimentos ou pagamentos das contribuições corresponderá a um por cento

**Art. 24** Sobre as contribuições sociais em atraso, arrecadadas pelo ESCADA PREVI, incidirá multa de mora, que não poderá ser relevada.

§ 1º Na hipótese de parcelamento ou reparcelamento, incidirá um acréscimo de vinte por cento sobre a multa de mora a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º Se houver pagamento antecipado à vista, no todo ou em parte, do saldo devedor, o acréscimo previsto no parágrafo anterior não incidirá sobre a multa correspondente à parte do pagamento que se efetuar.

§ 3º O valor do pagamento parcial, antecipado, do saldo devedor de parcelamento ou do reparcelamento somente poderá ser utilizado para quitação de parcelas na ordem inversa do vencimento, sem prejuízo da que for devida no mês de competência em curso e sobre a qual incidirá sempre o acréscimo a que se refere o § 1º deste artigo.

## Capítulo VI Da Confissão de Dívida

**Art. 25** As contribuições devidas à Previdência Social, poderão, depois de vencidas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses.

§ 1º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos segurados.

§ 2º Será admitido o reparcelamento por uma única vez.

§ 3º Sobre o valor de cada prestação mensal decorrente de parcelamento serão acrescidos, por ocasião do pagamento, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, a que se refere o art. 13 da Lei 9.065, de 20 de junho de 1995, por títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do 1.º dia do mês da concessão do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês do pagamento.

§ 4º O deferimento do parcelamento pelo ESCADAPREVI fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eic.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, não sendo paga a primeira parcela ou descumprida qualquer cláusula do acordo de parcelamento, proceder-se-á à sua cobrança judicial.

§ 6º O acordo celebrado com as entidades contribuintes conterá cláusula em que, o Poder Executivo autorize expressamente a retenção Fundo de Participação dos Municípios-FPM e o repasse ao ESCADAPREVI do valor correspondente a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta.

§ 7º O acordo celebrado com qualquer das entidades contribuintes conterá, ainda, cláusula em que estas autorizem, quando houver o atraso superior a sessenta dias no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, a retenção do Fundo de Participação dos Estados – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e o repasse ao ESCADAPREVI do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda.

## Capítulo VII

### Da Organização do RPPS

#### Seção I

#### Do Instituto de Previdência Social do Município de Escada

**Art. 26.** Fica criado, no âmbito da Administração Indireta e em substituição ao Órgão Previdenciário instituído pela Lei Municipal nº 2009/2001, o Instituto de Previdência Social do Município de Escada – ESCADAPREVI, de acordo com o art. 71 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para garantir o plano de benefício do RPPS, observados os critérios estabelecidos nesta Lei.

§ 1º. A Gerência do ESCADAPREVI será composta de um Gerente de Previdência, de um Assistente Administrativo e de um Assistente Financeiro.

§ 2º. Os membros da Gerência do ESCADAPREVI, escolhidos dentre os servidores públicos municipais efetivos, serão nomeados pelo Prefeito com a devida aprovação do Conselho Municipal de Previdência, para um mandato de três anos, admitida à recondução. **(VETADO)**

§ 3º. A remuneração do Gerente de Previdência será equivalente a de um Secretário Municipal, nível CC-1.

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

§ 4º. A remuneração dos Assistentes será equivalente a de Diretor de Departamento, nível CC-2.

## Seção II

### Do Conselho Municipal de Previdência

**Art. 27.** Fica instituído o Conselho Municipal de Previdência – CMP, órgão superior de deliberação colegiada, formado exclusivamente por servidores públicos municipais eletivos e respectivos inativos, composto pelos seguintes membros, todos nomeados pelo Prefeito com mandato de três anos, admitida a recondução:

- I – dois representantes do Poder Executivo;
- II – um representante do Poder Legislativo;
- III – dois representantes dos servidores ativos; e
- IV – um representante dos inativos e pensionistas.

§ 1º. Cada membro terá um suplente com igual período de mandato do titular, também admitida a recondução.

§ 2º. Os membros do CMP e respectivos suplentes serão escolhidos da seguinte forma:

- I – o presidente, que terá o voto de qualidade, será indicado pelo Prefeito, escolhido dentre os representantes do Conselho Municipal de Previdência;
- II – os representantes do Executivo e do Legislativo serão indicados pelos respectivos poderes; e,
- III – os representantes dos servidores, dos ativos, inativos e pensionistas, eleitos entre seus pares, serão indicados pelos sindicatos ou associações correspondentes.

§ 3º. Os membros do CMP não serão destituíveis *ad nutum*, somente podendo ser afastados de suas funções depois de julgados em processo administrativo, se culpados por falta grave ou infração punível com demissão, ou em caso de vacância, assim entendida a ausência não justificada em duas reuniões consecutivas ou em quatro intercaladas no mesmo ano.

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

## Seção III

### Do Funcionamento do CMP

**Art. 28.** O CMP reunir-se-á, ordinariamente, em sessões bimestrais e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, três de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias:

**Parágrafo Único** - As reuniões do CMP serão lavradas atas em livro próprio.

**Art. 29.** As decisões do CMP serão tomadas por maioria, exigido o *quorum* de quatro membros.

**Art. 30.** Incumbirá à Escada Previ proporcionar ao CMP os meios necessários ao exercício de suas competências até o Instituto ser estruturado.

## Seção IV

### Da Competência do CMP

**Art. 31.** Compete ao CMP:

- I - estabelecer e normatizar as diretrizes gerais do RPPS;
- II - apreciar e aprovar a proposta orçamentária do RPPS;
- III - organizar e definir a estrutura administrativa, financeira e técnica do Instituto, quando necessário;
- IV - conceber, acompanhar e avaliar a gestão operacional, econômica e financeira dos recursos do RPPS;
- V - examinar e emitir parecer conclusivo sobre propostas de alteração da política previdenciária do Município;
- VI - autorizar a contratação de empresas especializadas para a realização de auditorias contábeis e estudos atuariais ou financeiros;
- VII - autorizar a alienação de bens imóveis integrantes do patrimônio do Instituto, observada a legislação pertinente;

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

VIII - aprovar a contratação de agentes financeiros, bem como a celebração de contratos, convênios e ajustes pelo Instituto;

IX - deliberar sobre a aceitação de doações, cessões de direitos e legados, quando onerados por encargos;

X - adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos, decorrentes de gestão, que prejudiquem o desempenho e o cumprimento das finalidades do Instituto;

XI - acompanhar e fiscalizar a aplicação da legislação pertinente ao RPPS;

XII - apreciar e manifestar-se sobre a prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas;

XIII - solicitar a elaboração de estudos e pareceres técnicos relativos a aspectos atuariais, jurídicos, financeiros e organizacionais relativos a assuntos de sua competência;

XIV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, relativas ao RPPS, nas matérias de sua competência;

XV - garantir o pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do RPPS; e,

XVI - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS;

XVII - deliberar sobre os casos omissos no âmbito das regras aplicáveis ao RPPS.

## CAPÍTULO VIII

### Do Plano de Benefícios

Art. 32. O RPPS compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao segurado:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

- c) aposentadora por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria por idade;
- e) auxílio-doença;
- f) salário-maternidade; e,
- g) salário-família.

II – Quanto ao dependente:

- a) pensão por morte; e,
- b) auxílio-reclusão.

## Secção I

### Da Aposentadoria por Invalidez

**Art. 33.** A aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz de readaptação para o exercício de seu cargo ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, e ser-lhe-á paga a partir da data do laudo médico-pericial que declarar a incapacidade e enquanto permanecer nessa condição.

**§ 1º.** Os proventos da aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, hipóteses em que os proventos serão integrais, observado, quanto ao seu cálculo, o disposto no art. 61.

**§ 2º.** Os proventos, quando proporcionais ao tempo de contribuição, não poderão ser inferiores a 70% (setenta por cento) do valor calculado na forma estabelecida no art. 61

**§ 3º.** Acidente em serviço é aquele ocorrido no exercício do cargo, que se relacione, direta ou indiretamente, com as atribuições deste, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

**§ 4º.** Equiparam-se ao acidente em serviço, para os efeitos desta Lei:  
I - o acidente ligado ao serviço que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://efce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de serviço;
- b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao serviço;
- c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de serviço;
- d) ato de pessoa privada do uso da razão; e,
- e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

III - a doença proveniente de contaminação acidental do segurado no exercício do cargo; e,

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de serviço:

- a) na execução de ordem ou na realização de serviço relacionado ao cargo;
- b) na prestação espontânea de qualquer serviço ao Município para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- c) em viagem a serviço, inclusive para estudo quando financiada pelo Município dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado; e,
- d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 5º. Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o servidor é considerado no exercício do cargo.

§ 6º. Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o parágrafo primeiro, as mesmas assim definidas pelo RGPS.

§ 7º. A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade, mediante exame médico-pericial do órgão competente.

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://efce.tce.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

§ 8º. O pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

§ 9º. O aposentado que voltar a exercer atividade laboral terá a aposentadoria por invalidez permanente cessada, a partir da data do retorno.

## Secção II

### Da Aposentadoria Compulsória

Art. 34. O segurado será aposentado aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma estabelecida no art. 61, não podendo ser inferiores ao valor do salário mínimo oficial

**Parágrafo Único** - A aposentadoria será declarada por ato da autoridade competente, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço público.

## Secção III

### Da Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição

Art. 35. O segurado fará jus à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos calculados na forma prevista no art. 61, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;

II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e

III - sessenta anos de idade e trinta e cinco anos de tempo de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta anos de tempo de contribuição, se mulher.

§ 1º. Os requisitos de idade e tempo de contribuição previstos neste artigo serão reduzidos em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício da função de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

§ 2º. Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se função de magistério a atividade docente do professor exercida exclusivamente em sala de aula

## Secção IV

### Da Aposentadoria por Idade

Art. 36. O segurado fará jus à aposentadoria por idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados na forma prevista no art. 61, desde que preencha, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público federal, estadual, distrital ou municipal;
- II - tempo mínimo de cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; e,
- III - sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.

## Secção V

### Do Auxílio-Doença

Art. 37. O auxílio-doença será devido ao segurado que ficar incapacitado para o seu trabalho por mais de quinze dias consecutivos e consistirá no valor de sua última remuneração.

§ 1º. Será concedido auxílio-doença, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica que definirá o prazo de afastamento.

§ 2º. Findo o prazo do benefício, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação do auxílio-doença, pela readaptação ou pela aposentadoria por invalidez.

§ 3º. Nos primeiros quinze dias consecutivos de afastamento do segurado por motivo de doença, é responsabilidade do Município o pagamento da sua remuneração.

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eicf.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-ccb3b52fe51

§ 4º. Se concedido novo benefício decorrente da mesma doença dentro dos sessenta dias seguintes à cessação do benefício anterior, este será prorrogado, ficando o Município desobrigado do pagamento relativo aos primeiros quinze dias.

**Art. 38.** O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de readaptação para exercício do seu cargo, ou outro de atribuições e atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido, respeitada a habilitação exigida, será aposentado por invalidez.

## Secção VI

### Do Salário-Maternidade

**Art. 39.** Será devido salário-maternidade à segurada gestante, por cento e vinte dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste

§ 1º. Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados de mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º. O salário-maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último salário de contribuição da segurada.

§ 3º. Em caso de aborto não criminoso, comprovado mediante atestado médico, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas

§ 4º. O salário-maternidade não poderá ser acumulado com benefício por incapacidade.

**Art. 40.** A segurada que adotar, ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelos seguintes períodos:

- I - 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1(um) ano de idade;
- II - 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade; e,
- III - 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.)

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://epec.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cbe3b52fe51

## Secção VII

### Do Salário-Família

**Art. 41.** Será devido o salário-família, mensalmente, ao segurado ativo que receba remuneração igual ou inferior a R\$ 623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos) na proporção do número de filhos e equiparados, nos termos do art. 9º, de até quatorze anos ou inválidos.

§ 1º. O valor limite referido no *caput* será corrigido pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

§ 2º. O aposentado por invalidez ou por idade e os demais aposentados com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos ou mais, se do sexo feminino, terão direito ao salário-família, pago juntamente com a aposentadoria.

**Art. 42.** O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição e de:

I - R\$ 21,27 (vinte e um reais e vinte e sete centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 414,78 (quatrocentos e catorze reais e setenta e oito centavos); e,

II - R\$ 14,99 (catorze reais e noventa e nove centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 414,78 (quatrocentos e catorze reais e setenta e oito centavos) e igual ou inferior a R\$ 623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos).

**Art. 43.** Quando pai e mãe forem segurados do RPPS, ambos terão direito ao salário-família

**Art. 44.** O pagamento do salário-família está condicionado à apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado ou ao inválido, e a apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória e de comprovação de frequência à escola do filho ou equiparado.

**Art. 45.** O salário-família não se incorporará à remuneração ou ao benefício para qualquer efeito.

## “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://epec.tec.pe.gov.br/epp/validarDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cbe3b52fe51

## Secção VIII

### Da Pensão por Morte

**Art. 46.** A pensão por morte consistirá numa importância mensal conferida ao conjunto dos dependentes do segurado, definidos nos art. 8º e 9º, quando do seu falecimento, correspondente à:

I – totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o valor de R\$ 2.668,15 (dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite; ou,

II – totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o valor de R\$ 2.668,15 (dois mil seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos), acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

**Parágrafo Único** – Será assegurado aos pensionistas de que trata esse caput a retroatividade para janeiro de 2004, que consta no Art. 46, I e II.

§ 1º. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I – sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária competente; e,

II - desaparecimento em acidente, desastre ou catástrofe.

§ 2º. A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé

§ 3º. Os valores referidos neste artigo serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do RGPS.

**Art. 47.** A pensão por morte será devida aos dependentes a contar:

I – do dia do óbito;

II – da data da decisão judicial, no caso de declaração de ausência; ou,

**“ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”**





# PREFEITURA MUNICIPAL DA ESCADA



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA  
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 2e8573e4-1c00-469b-b1ea-cb3e3b52fe51

III – da data da ocorrência do desaparecimento do segurado por motivo de acidente, desastre ou catástrofe, mediante prova idônea.

**Art. 48.** A pensão será rateada entre todos os dependentes em partes iguais e não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente.

**§ 1º.** O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente tara jus ao benefício mediante prova de dependência econômica.

**§ 2º.** A habilitação posterior que importe inclusão ou exclusão de dependente só produzirá efeitos a contar da data da inscrição ou habilitação.

**Art. 49.** O beneficiário da pensão provisória de que trata o § 1º do art. 46 deverá anualmente declarar que o segurado permanece desaparecido, ficando obrigado a comunicar imediatamente ao gestor do instituto o reaparecimento deste, sob pena de ser responsabilizado civil e penalmente pelo ilícito.

**Art. 50.** A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o disposto no art. 69.

**Art. 51.** Será admitido o recebimento, pelo dependente, de até duas pensões no âmbito do RPPS, exceto a pensão deixada por cônjuge, companheiro ou companheira que só será permitida a percepção de uma, ressalvado o direito de opção pela mais vantajosa.

**Art. 52.** A condição legal de dependente, para fins desta Lei, é aquela verificada na data do óbito do segurado, observados os critérios de comprovação de dependência econômica.

**Parágrafo Único** - A invalidez ou a alteração de condições quanto ao dependente, supervenientes à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito à pensão.

## Seção IX

### Do Auxílio-Reclusão

**Art. 53.** O auxílio-reclusão consistirá numa importância mensal, concedida aos dependentes do servidor segurado recolhido a prisão que tenha remuneração igual ou inferior a R\$ 623,44 (seiscentos e vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), que não perceber remuneração dos cofres públicos e corresponderá a última remuneração do segurado no cargo efetivo.

# “ NOVOS RUMOS, NOVAS CONQUISTAS ”